

MOÇÃO DE APELO N.º _____ DE 06 DE FEVEREIRO DE 2026

*Requer o encaminhamento de **MOÇÃO DE APELO** ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre Tolebem, para que adote providências imediatas no sentido de pautar, com a devida urgência, a instalação da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)** oficialmente proposta pelo Deputado Federal **Carlos Jordy (PL-RJ)** e regularmente protocolada, destinada à apuração dos fatos relacionados ao **Banco Master**.*

Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Anápolis,

O Vereador subscrevente requer, nos termos do art. 137 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a concessão de **MOÇÃO DE APELO**, a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor **Davi Samuel Alcolumbre Tolebem**, Presidente do Senado Federal da República, para que adote providências imediatas no sentido de pautar, com a devida urgência, a instalação da **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI)** oficialmente proposta pelo Deputado Federal **Carlos Jordy (PL-RJ)** e regularmente protocolada, destinada à apuração dos fatos relacionados ao **Banco Master**, tendo em vista a gravidade das informações veiculadas nos últimos meses, que apontam a existência de operações atípicas e indícios relevantes de irregularidades, lançando suspeitas sobre a governança e a lisura de instituições públicas e privadas envolvidas, o que gera um cenário de preocupação social e institucional e exige resposta célere, firme e rigorosa por parte das instituições republicanas.

Câmara Municipal de Anápolis,

VEREADOR POLICIAL FEDERAL SUENDER

LÍDER DO PL

Cleide Hilário
VEREADORA - REPUBLICANOS

Carlím da Feira
Vereador

VEREADORA
THAIS SOUZA

Vereador
Jean Carlos
PL

Vereador
Cabo Fred Cabrita
PRTB

Selaine da SOS
Vereadora - MDB

Palácio de Santana, Av. Jamel Cecílio,
Q 50, L 14, B. Jundiá, Anápolis/GO
CEP: 75.110-330
anapolis.go.leg.br

JUSTIFICATIVA

A presente Moção de Apelo decorre da ampla repercussão social e institucional dos fatos recentemente divulgados, que têm despertado legítima preocupação da sociedade brasileira quanto à estabilidade, à transparência e à confiabilidade do sistema financeiro nacional. A solidez das instituições bancárias constitui elemento essencial para a manutenção da ordem econômica, sendo natural que a população exija esclarecimentos sempre que surgem indícios capazes de comprometer a credibilidade de entidades de grande relevância no cenário nacional.

Embora a matéria possua dimensão federal, seus reflexos atingem diretamente os Municípios e a vida cotidiana da população. A confiança no Sistema Financeiro Nacional é pilar que sustenta o comércio local, a atividade industrial, a geração de empregos e a segurança patrimonial dos cidadãos. Eventuais dúvidas quanto à governança e à lisura de uma instituição financeira de grande porte extrapolam o interesse de seus acionistas, repercutindo de forma ampla na economia real e no bem-estar social.

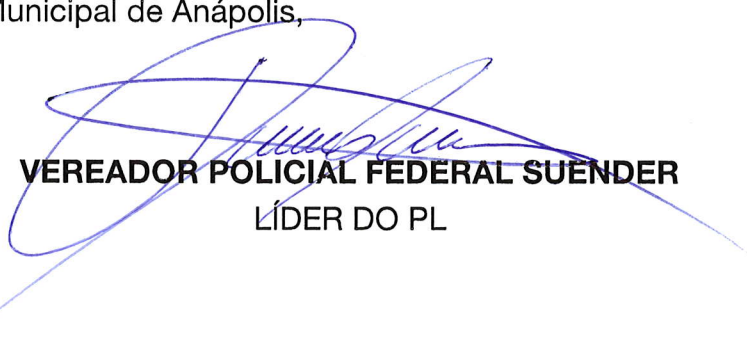
Sob os aspectos jurídico e econômico, as informações veiculadas nos últimos meses apontam para a necessidade de apuração aprofundada, por meio do instrumento constitucional da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com o objetivo de esclarecer eventuais práticas irregulares que possam configurar violações às normas que regem o sistema financeiro nacional. A investigação parlamentar apresenta-se como mecanismo adequado para prevenir riscos sistêmicos, preservar a estabilidade do mercado e resguardar a credibilidade do país perante investidores, órgãos reguladores e a comunidade internacional.

Ressalte-se que a presente Moção de Apelo possui natureza estritamente político-institucional, não vinculante e desprovida de qualquer efeito normativo ou impositivo. Trata-se do exercício legítimo da representação popular desta Casa Legislativa, que, sem adentrar em competências alheias, manifesta preocupação institucional e instiga o órgão constitucionalmente competente a exercer seu papel

fiscalizador diante de tema de inequívoco interesse público nacional, cujos impactos alcançam diretamente os entes municipais.

Diante do exposto, esta Casa Legislativa entende pertinente e necessária a manifestação formal de apelo ao Senado Federal, para que sejam adotadas as providências cabíveis com a atenção, a responsabilidade e a celeridade que o momento exige. A eventual instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada à apuração dos fatos relacionados ao Banco Master não representa juízo antecipado de valor, mas reafirma o compromisso com a moralidade administrativa, a transparência institucional e a proteção da economia nacional, princípios fundamentais ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Câmara Municipal de Anápolis,



VEREADOR POLICIAL FEDERAL SUENDER
LÍDER DO PL

Carlím da Feira
Vereador

